

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA **MERCADO DE TRABALHO** 4º TRIMESTRE DE 2016

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Editoração

Ludmila Nagamatsu

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

4º TRIMESTRE DE 2016 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **1**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD
CONTÍNUA **7**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA
DE EMPREGO E DESEMPREGO **8**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **10**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **10**

Projeção do emprego formal **11**

APÊNDICE **13**

NOTAS METODOLÓGICAS **18**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **18**

Projeções do mercado de trabalho formal **18**

4º TRIMESTRE DE 2016

O ano terminou e, conforme sinalizado nas publicações anteriores deste Boletim, o quadro geral de dificuldades do mercado de trabalho baiano persistiu, empurrando para mais adiante a esperança de retomada do crescimento. Afinal, apesar de a perda líquida de empregos com carteira assinada ter sido de dimensão menor que a do ano anterior, a média anual da taxa de desocupação na Bahia alcançou, em 2016, patamar superior ao dos últimos anos.

O momento econômico delicado por que passa o país, vinculado a uma realidade política ainda conturbada, não permitiram alforriar os indicadores do mercado de trabalho baiano da deterioração no quarto trimestre de 2016. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), por exemplo, revelaram um contexto de eliminação de postos formais, elevação do desemprego e redução tanto da massa, como dos rendimentos reais do trabalho.

As projeções realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) continuam indicando tendência de fechamento de postos de trabalho no primeiro trimestre de 2017, período habitualmente marcado por saldos positivos na última década, a despeito do resultado negativo dos últimos dois anos. O empresariado baiano, em compensação, tem revelado pessimismo cada vez menor – no entanto, sem poder ainda se desvincular da hipótese de continuidade de um mercado de trabalho com pouca vitalidade, já que os níveis de confiança continuam baixos. De qualquer forma, quaisquer expectativas de resgate do nível de emprego não devem ser depositadas no curto prazo e a tão aguardada reviravolta, pelo que tudo indica, não se dará no primeiro trimestre de 2017.

CENÁRIO ECONÔMICO

A Bahia, no quarto trimestre de 2016, continuou se deparando com um quadro conjuntural adverso. Nos últimos três meses do referido ano, a perda de dinamismo da atividade econômica atingiu todos os setores, alicerçando o comportamento negativo dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho.

Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de dezembro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2016 denota retração de 35,0% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado 9,2 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, fechará o ano com 6,0 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de encolhimento de 11,1% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá diminuir 26,9%.

Segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção industrial total baiana, de outubro a dezembro de 2016, declinou em 7,6% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2015 – encadeando a oitava ocorrência de decréscimo no confronto interanual, com o último registro positivo tendo ocorrido no trimestre terminado em abril (0,1%). O recuo no

ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, que caiu 6,6%, quanto na extrativa, com queda de 24,5%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou queda de 9,9% no volume de vendas do varejo no quarto trimestre de 2016, no confronto interanual. A comparação com o mesmo período de um ano antes apontou retração pela 23ª vez seguida.

O setor de Serviços na Bahia teve redução da sua receita nominal acumulada entre outubro e dezembro de 2016, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2015. Conforme resultados revelados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, a contração foi de 2,1% – 17º recuo sucessivo na comparação interanual.

Calculado pela SEI, o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB) terminou o ano com a trajetória de recuperação da confiança, observada de abril a novembro, sendo interrompida. Mesmo com o revés no último mês do ano, os meses do quarto trimestre exibiram os indicadores menos deteriorados do período recente (outubro: -189 pontos; novembro: -165 pontos; e dezembro: -242 pontos). O mês de novembro, por exemplo, revelou o menor nível de pessimismo desde abril de 2014 (-153 pontos). Apesar disso, os níveis de confiança ainda são considerados baixos e o pessimismo se mantém em nível moderado, nutrindo ceticismo quanto ao resgate do otimismo no curtíssimo prazo.

EMPREGOS FORMAIS

Os tempos áureos do mercado de trabalho da Bahia se encontram cada vez mais distantes no tempo. A contração deste mercado, sob a ótica das médias móveis de 12 meses do saldo de empregos, completou 22 meses consecutivos em dezembro último – o que significa que, desde março de 2015, não há geração líquida de oportunidades ocupacionais. O saldo médio chegou a 7.273 empregos formais eliminados em junho de 2016, pior resultado do intervalo analisado¹ (Gráfico 1).

A ilustração abaixo, baseada em informações de fluxos do Caged, permite identificar dois momentos do mercado de trabalho baiano após a inversão estabelecida a partir de março de 2015, quando os saldos médios passaram a ser negativos: i) supressão crescente de postos de trabalho; e ii) arrefecimento no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista. O quarto trimestre, por sinal, tem em dezembro, com a supressão média de 5.608 postos, a menor perda dos últimos 14 meses, reforçando os vestígios de enfraquecimento do ritmo da perda de empregos – no entanto, sem permitir falar em ocorrência líquida de vagas no curto prazo.

Perpetuando o padrão recessivo visto nos saldos trimestrais desde 2015, houve queda na ocupação em todos os trimestres de 2016 (Gráfico 2). No último deles, com supressão de 29.526 postos, ocorreu a maior das quedas, traço próprio do referido intervalo. O saldo de novembro (-7.747 postos), a propósito, representou o mínimo histórico de sua série desde 2006. Os meses de outubro e dezembro, por seu turno, apresentaram eliminação líquida de 5.507 e

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

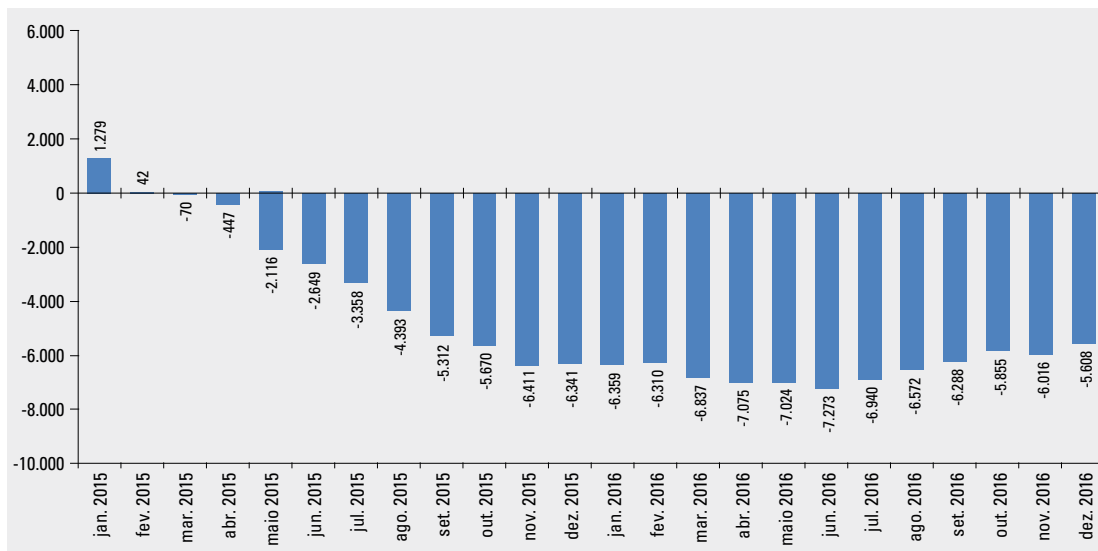


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Jan. 2015-dez. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

16.272 postos de trabalho, respectivamente. Considerando os quartos trimestres dos últimos dez anos, no entanto, o de 2016 somente não foi pior que o do ano anterior (-37.689 postos).

Em 2016, a dispensa líquida alcançou 67.291 trabalhadores com carteira assinada na Bahia – redução de 3,83% no contingente de 1.757.696 existente ao final de 2015. Com encolhimento no segundo semestre bem menor que o do mesmo semestre de 2015, na contramão do que foi visto no primeiro semestre, quando a perda foi superior a de um ano antes, a contração, em 2016, terminou ficando abaixo da verificada em 2015, quando 76.090 empregos celetistas foram eliminados.

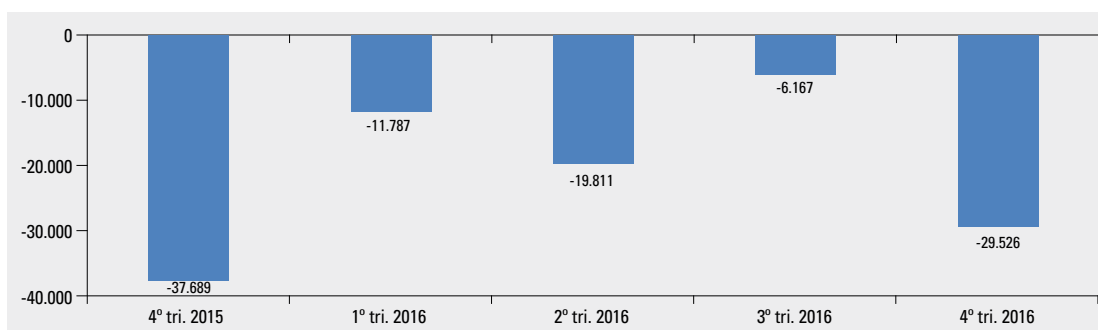


Gráfico 2
Evolução trimestral do saldo de empregos formais – Bahia – 4º tri. 2015-4º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

Importa observar que a contração no mercado de trabalho formal baiano no quarto trimestre de 2016 alcançou todos os oito setores da atividade econômica, mesmo número que há um ano e três a mais que no trimestre imediatamente anterior. Entretanto, apesar do menor declínio do nível de ocupação comparativamente ao de um ano antes, os setores de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Serviços exibiram, agora, uma supressão líquida de postos maior.

Numa avaliação setorial, Serviços e Construção Civil, com dispensa líquida de 9.457 e 6.984 trabalhadores no quarto trimestre de 2016, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais negativos. Em contrapartida, conforme a Tabela 1, os setores de Comércio (-44 postos) e Extrativa Mineral (-318 postos) foram os que evidenciaram o menor fechamento líquido de postos de trabalho no trimestre.

Tabela 1

Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 4º tri. 2015/3º tri. 2016/4º tri. 2016

Setor de atividade econômica	4º tri. 2015	3º tri. 2016	4º tri. 2016
Extrativa Mineral	-245	-235	-318
Indústria de Transformação	-7.089	210	-3.772
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-154	-507	-900
Construção Civil	-7.704	-2.973	-6.984
Comércio	-475	-2.283	-44
Serviços	-8.669	1.957	-9.457
Administração Pública	-2.931	85	-2.526
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	-10.422	-2.421	-5.525
Total	-37.689	-6.167	-29.526

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi negativo para o país no quarto trimestre de 2016, com 662.438 postos suprimidos. Todas as regiões eliminaram postos no referido intervalo. O Sudeste, com 376.556 postos a menos, foi a que mais eliminou, enquanto o Norte, com corte líquido de 38.181 vagas formais, a que menos perdeu. A região Nordeste apresentou saldo negativo de 78.565 postos de trabalho no trimestre. Das unidades da Federação, em 26 houve fechamento líquido de postos – a exceção ficou a cargo de Alagoas, com geração de 4.539 empregos formais. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com corte de 29.526 oportunidades ocupacionais, ficou na 22ª posição no trimestre, a mesma verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, oito obtiveram saldo negativo no trimestre, sendo que a Bahia (-29.526 postos) apresentou o menor saldo e Alagoas (+4.539 postos), o maior.

Quanto à distribuição intraestadual, replicando o ocorrido no trimestre antecedente, tanto a Região Metropolitana de Salvador (RMS) quanto o interior revelaram corte líquido de vagas no último trimestre de 2016 (Tabela 2). No quarto trimestre, enquanto a RMS eliminou 11.913 empregos com registro em carteira, o interior foi responsável pelo corte de 17.613 postos – números bem inferiores aos do trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o padrão também foi o mesmo – mas, agora, cada região com uma contração menos acentuada que a de um ano atrás.

A RMS, apesar do melhor desempenho no último trimestre do ano, em relação ao interior, exibiu um decréscimo de empregos quase três vezes maior no acumulado do ano, permitindo apontar a área metropolitana como epicentro da perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano em 2016.

O saldo negativo de 29.526 empregos formais na Bahia, observado no quarto trimestre, foi oriundo de 125.823 admissões e 155.349 desligamentos. Num contexto de diminuição dos desligamentos (com 2.184 desligados a menos), o aumento da perda líquida de postos de trabalho, comparativamente ao trimestre precedente, deve-se, sobremaneira, a uma redução mais ampla das contratações (com 25.543 admitidos a menos). Assim, a ausência de reposição dos

Tabela 2

Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 4º tri. 2015/3º tri. 2016/4º tri. 2016

Área geográfica	4º tri. 2015	3º tri. 2016	4º tri. 2016
Bahia	-37.689	-6.167	-29.526
RMS	-12.969	-2.737	-11.913
Interior	-24.720	-3.430	-17.613

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

quadros, representada pela queda no número de admissões, associada a um nível de ocupação cada vez menor, que engessa os desligamentos, revela um cenário onde a dificuldade em se alocar e realocar supera a de se manter em uma vaga.

Conforme a Tabela 3, no campo das admissões, o reemprego, tipo de contratação mais comum no mercado de trabalho formal baiano, recuou 15,9% na comparação com o trimestre antecedente². Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou decréscimo de 8,3%. Além disso, os desligamentos por término de contrato destacaram-se pela ampliação em 35,2% e as admissões por reintegração, pela diminuição em 32,5%.

Tabela 3

Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 3º tri. 2016/4º tri. 2016

Tipo mov. desagregado	3º tri. 2016	4º tri. 2016	Variação
Admissão por Reemprego	122.881	103.330	-15,9%
Admissão por Primeiro Emprego	13.858	12.158	-12,3%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	14.461	10.223	-29,3%
Admissão por Reintegração	166	112	-32,5%
Admissão por Transferência	0	0	-
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	-161	-156	-3,1%
Desligamento por Morte	-506	-469	-7,3%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	-1.240	-1.186	-4,4%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-6.055	-5.685	-6,1%
Desligamento a Pedido	-15.548	-15.718	1,1%
Desligamento por Término de Contrato	-21.332	-28.831	35,2%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	-112.691	-103.304	-8,3%
Total	-6.167	-29.526	-

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

Ao longo do ano de 2016, o fechamento líquido de postos de trabalho alcançou quase todos os níveis de remuneração, excetuando-se o dos que receberam até um salário mínimo. Assim, apesar da fragilidade do quadro econômico, continuou havendo oportunidades de trabalho para os que ganham menos – fato somente não observado no último trimestre de 2015, quando o saldo havia sido negativo até para este grupo salarial (Gráfico 3). Pelo visto, com a persistência da crise, o artifício de desligar primeiramente os trabalhadores mais bem remunerados, posto em prática pelas empresas como medida de primeira ordem para controle dos custos, ainda não se esgotou.

² Definimos como reempregado o trabalhador que já possuiu vínculo formal de trabalho anteriormente.

Do terceiro ao quarto trimestre de 2016, o grupo dos que receberam menos tiveram sua absorção comprimida, enquanto os demais estratos se depararam com uma intensificação na perda líquida de postos. Entre estes últimos, os do estrato entre um e dois salários mínimos além de continuarem registrando a maior perda de vínculos, exibiram a mais acentuada das retrações de um trimestre ao outro.

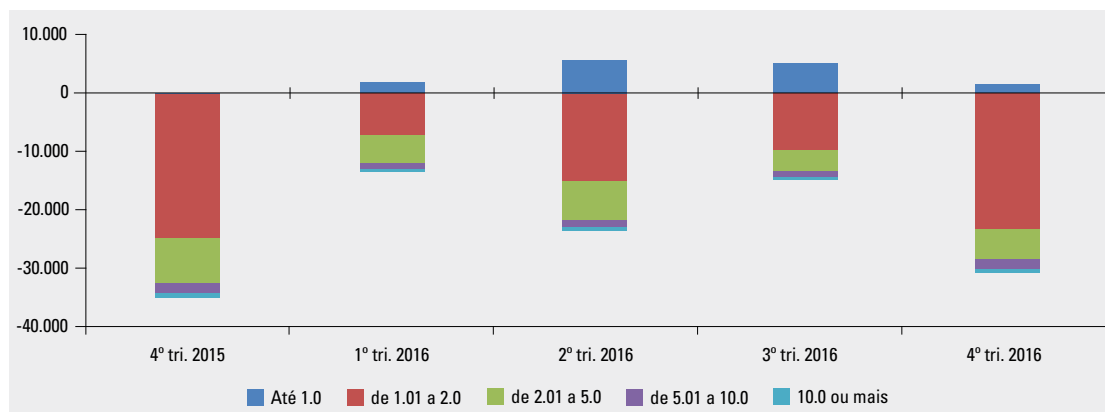


Gráfico 3

Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 4º tri. 2015-4º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.261 no quarto trimestre de 2016 – inferior em R\$ 137 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.398. Trata-se do maior valor desde o terceiro trimestre de 2014 (R\$ 1.268). Em relação ao terceiro trimestre, quando alcançou R\$ 1.260, praticamente não houve alteração. Na comparação interanual, ocorreu ampliação, já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.228 – alta, portanto, de 2,7%. A evolução trimestral deste indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No quarto trimestre, a remuneração média dos trabalhadores admitidos interrompeu sua oscilação. Por sua vez, o salário real médio de desligamento, após recuo no primeiro trimestre de 2016, aumentou pela terceira vez subsequente, suplantando o valor de um ano antes. A

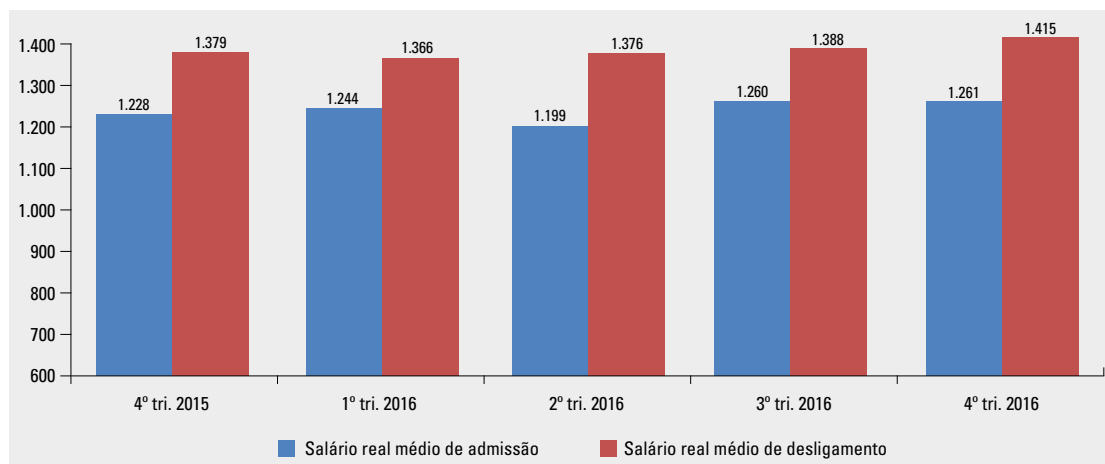


Gráfico 4

Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 4º tri. 2015-4º tri. 2016

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Dados deflacionados em relação a dezembro de 2016 pelo IPCA.

diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no quarto trimestre, aumentou comparativamente à do trimestre anterior e se manteve em relação à do último trimestre de 2015. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 89,1% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no quarto de 2015, esses percentuais foram de 90,8% e 89,0%, respectivamente – denotando, ao menos quanto ao terceiro trimestre, redução do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para a Bahia, sintetizados na Tabela 4, o ano de 2016 confinou as quatro maiores taxas trimestrais de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012 – acarretando uma média anual de 15,9%, que ficou 4,4 pontos percentuais acima da do Brasil (11,5%). A taxa do quarto trimestre, estimada em 16,6%, representa o maior patamar alcançado na série estadual – 4,5 pontos percentuais maior que a do mesmo trimestre do ano anterior, quando a taxa ficou em 12,2%, e 0,7 ponto percentual acima da do terceiro trimestre deste ano, de 15,9%.

As taxas de desocupação brasileira e nordestina, no quarto trimestre de 2016, ficaram em 12,0% e 14,4%, respectivamente. A Região Nordeste, por sinal, revelou a maior taxa entre as regiões no trimestre em análise, ficando a Região Sul com a menor, 7,7%. Entre as unidades da Federação, a Bahia foi o estado com a segunda maior – atrás apenas do Amapá, com um percentual de 16,8% no trimestre. Enquanto isso, Santa Catarina (6,2%) foi aquele com a menor das taxas.

A população ocupada, no trimestre analisado, foi estimada em 6,083 milhões, representando queda de 6,6% (-427 mil pessoas) em referência a do mesmo período do ano anterior e estabilidade quando confrontada com a do trimestre imediatamente antecedente. A população desocupada foi estimada em 1,214 milhão de pessoas – aumento de 5,5% frente à do terceiro trimestre deste ano e de 34,5% em relação à do mesmo trimestre de 2015. Em relação ao registrado um ano antes, o montante de 312 mil pessoas a mais no contingente sem ocupação se deveu à redução de 427 mil postos de trabalho agregada aos 115 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu no setor de *Construção* (-15,2%); *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (-12,8%); *Transporte, armazenagem e correio* (-10,6%); *Outros serviços* (-9,0%); *Serviços domésticos* (-9,0%); *Alojamento e alimentação* (-6,8%); *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-6,0%); e *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-0,2%). Em compensação, aumentou no de *Indústria geral* (+1,8%) e no de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (+0,3%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no quarto trimestre de 2016, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.344 – quinto menor registro da série. Em relação ao quarto trimestre de 2015, quando o rendimento médio real estava em R\$

1.371, houve recuo de 1,9%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, aumento de 1,8%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 7,879 bilhões – aumento de 1,6% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R\$ 7,754 bilhões e queda de 7,2% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R\$ 8,494 bilhões.

Tabela 4

Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 4º tri. 2015/3º tri. 2016/4º tri. 2016

Indicador	Período			Variação	
	4º tri. 2015	3º tri. 2016	4º tri. 2016	4º tri. 2016/ 4º tri. 2015	4º tri. 2016/ 3º tri. 2016
Taxa de Desocupação	12,2%	15,9%	16,6%	4,5 p.p.	0,7 p.p.
Nível da Ocupação	54,2%	50,1%	49,8%	-4,4 p.p.	-0,3 p.p.
População Ocupada	6.510 mil	6.083 mil	6.083 mil	-6,6%	0,0%
População Desocupada	903 mil	1.151 mil	1.214 mil	34,5%	5,5%
Rendimento Real Habitual (em reais)	R\$ 1.371	R\$ 1.320	R\$ 1.344	-1,9%	1,8%
Massa de Rendimento (em milhões de reais)	R\$ 8.494	R\$ 7.754	R\$ 7.879	-7,2%	1,6%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – IBGE.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) mostram que as dificuldades que atingiram o mercado de trabalho ao longo de 2015 prosseguiram até o último trimestre de 2016. A taxa de desemprego total, calculada em 25,2%, embora um pouco inferior à do terceiro trimestre (25,5%), foi bastante superior a encontrada para o mesmo trimestre do ano anterior (19,9%) (Tabela 1A, em apêndice). Entre as taxas dos quartos trimestres da pesquisa somente encontramos valores superiores em 2003, ano em que ocorreram as taxas de desemprego mais elevadas de toda a série, iniciada em 1996.

Embora a taxa de desemprego trimestral seja tendencialmente crescente desde o início de 2015, os dados dos meses posteriores a junho de 2016 são relativamente estáveis, com algo em torno a um quarto da força de trabalho na condição de desempregada (Gráfico 1). O número de desempregados no quarto trimestre foi calculado em 484 mil. Apesar do total de pessoas ser menor que o do terceiro trimestre em nove mil, ainda assim ele é maior que o encontrado no mesmo período de 2015 em 107 mil.

A pequena redução da taxa de desemprego entre o terceiro e o quarto trimestre advém da variação da taxa de desemprego aberto (18,0% e 17,6% no 3º e no 4º trimestres, respectivamente) com a taxa de desemprego oculto estabilizada (7,5%). Na variação anual, o crescimento da taxa de desemprego afetou todos os seus componentes, sendo, porém, mais intenso para o desemprego oculto (aumento de 33,1%) que para o desemprego aberto (23,1%), mostrando

que um número crescente de trabalhadores está sendo obrigado a se submeter às difíceis condições do trabalho precário, ou sendo atingido pelo desalento durante a penosa e longa busca por ocupação (Tabela 2A, em apêndice).

A evolução da taxa de desemprego total da RMS entre o 3º e o 4º trimestre de 2016 está relacionada com uma redução de 11 mil trabalhadores na PEA, sendo dois mil ocupados. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a evolução da taxa de desemprego também originou-se de uma redução do nível de ocupação (menos 79 mil postos de trabalho), juntamente com um modesto crescimento da PEA (28 mil pessoas).

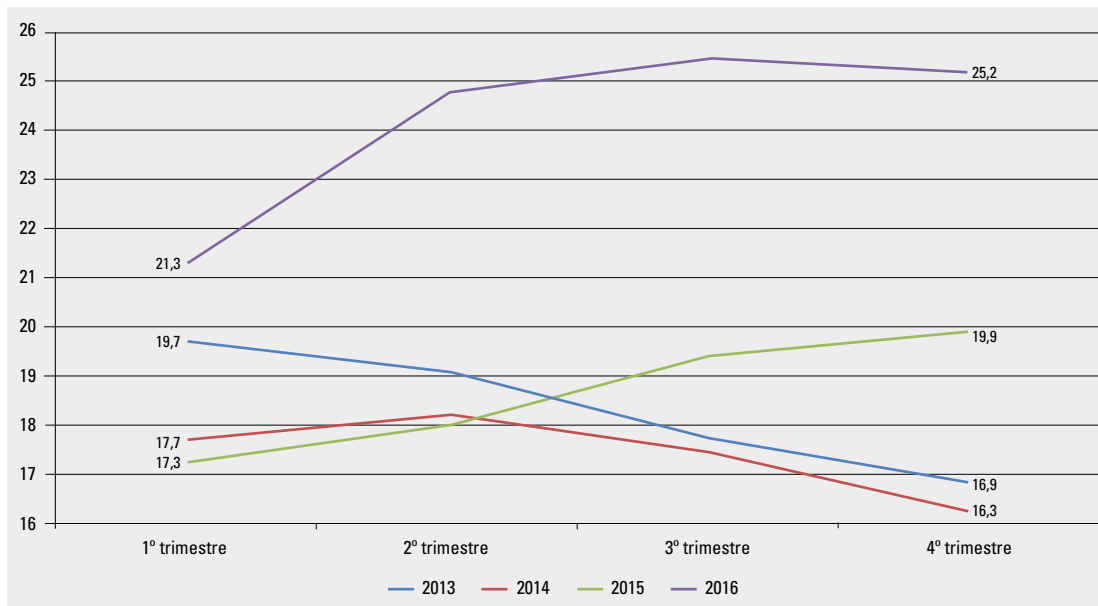


Gráfico 5
Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2013-2016

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

O nível de ocupação da RMS ficou relativamente estabilizado entre o 3º e o 4º trimestres (menos 2 mil postos ou -0,1%). A ocupação cresceu na *Construção* (mais 7 mil postos ou 6,5%) e nos *Serviços* (15 mil ou 1,7%) e diminuiu na *Indústria de transformação* (menos 11 mil postos ou -9,6%) e no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (menos 11 mil ou -3,8%) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao último trimestre de 2015, houve decréscimo do nível de ocupação com o desaparecimento de 79 mil posições de trabalho (-5,2%). O fechamento de postos de trabalho atingiu a todos os segmentos setoriais sendo mais intenso na *Construção* (-8,7% ou menos 11 mil postos), seguida da *Indústria de transformação* (-8,0% ou menos 9 mil), dos *Serviços* (-6,0% ou menos 58 mil) e do *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-0,7% ou menos 2 mil).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, a evolução da ocupação entre o 3º e o 4º trimestres de 2016 resultou no decréscimo do trabalho *Assalariado* (menos 25 mil empregos ou -2,6%) face ao forte incremento do *Emprego doméstico* (12 mil postos ou 10,5%) e do aumento do trabalho *Autônomo* (7 mil ou 2,6%). Entre os *Assalariados*, houve redução no trabalho assalariado no setor público (menos 19 mil empregos ou -13,6%) e relativa estabilidade no setor privado (menos 4 mil postos ou -0,5%). No setor privado, o contingente de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada não se alterou e o com carteira assinada ficou relativamente estável (menos 4 mil ou -0,5%) (Tabela 4A, em apêndice).

Nos últimos 12 meses houve redução no trabalhado *Assalariado* (menos 98 mil empregos ou -9,3%) e crescimento do *Emprego doméstico* (5 mil ou 4,1%) e do trabalho *Autônomo* (7 mil ou 2,6%). Entre os *Assalariados*, foram eliminados 24,8% das posições do setor público (menos 40 mil empregos) e 6,4% das do setor privado (menos 57 mil). Entre as perdas do setor privado, 45 mil foram de postos formais (-5,8%) e 12 mil de postos sem carteira de trabalho assinada (-10,8%).

Entre o 3º e o 4º trimestres de 2016, os rendimentos médios reais dos *Ocupados* e dos *Assalariados* da RMS decresceram 1,3% e 2,6%, respectivamente, passando a valer R\$ 1.338 para os ocupados e R\$ 1.413 para os assalariados (Tabela 5A, em apêndice). Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados decresceu 1,5% em razão da perda real de renda do trabalho, já que o nível de ocupação ficou relativamente estável. A redução da massa de rendimentos dos assalariados foi de 5,1%, em função de quedas de 2,6% no nível de emprego e no rendimento salarial médio.

Entre o 4º trimestre de 2015 e o de 2016, o rendimento médio real declinou tanto para *Ocupados* (-5,0%) quanto para os *Assalariados* (-5,4%). Houve retração na massa de rendimentos dos *Ocupados* (-9,9%) e dos *Assalariados* (-14,2%). No caso dos ocupados, devido a reduções de 5,2% na ocupação e 5,0% no rendimento médio e, no caso dos assalariados, de perdas de 5,4% no rendimento e de 9,3% no nível de emprego.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais a respeito de diversos temas, dentre os quais o ânimo quanto à contratação futura. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de contratar, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. Ao longo do quarto trimestre (outubro: -174 pontos; novembro: -196 pontos; e dezembro: -299 pontos), mesmo inaugurado com o registro menos negativo desde janeiro de 2015, o IEE interrompeu a trajetória de recuperação mantida desde março último e retrocedeu a um nível inferior ao de quatro meses atrás.

Em relação ao final do trimestre antecedente, o setor de Comércio foi o único que atenuou o desânimo (Gráfico 6). Destaque positivo, também, para a Agropecuária, com o melhor dos indicadores – aliás, em 2016, somente em outubro não aconteceu isso. O segmento de Serviços, por sua vez, apresentou o pior dos indicadores para emprego em dezembro. No ano, foi a quarta vez que o cenário projetado por este setor, no quesito emprego, assumiu o resultado mais pessimista.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao quarto trimestre de 2016, 46,2% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 45,8% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; e apenas 8,0% cogitaram a possibilidade de contratar.

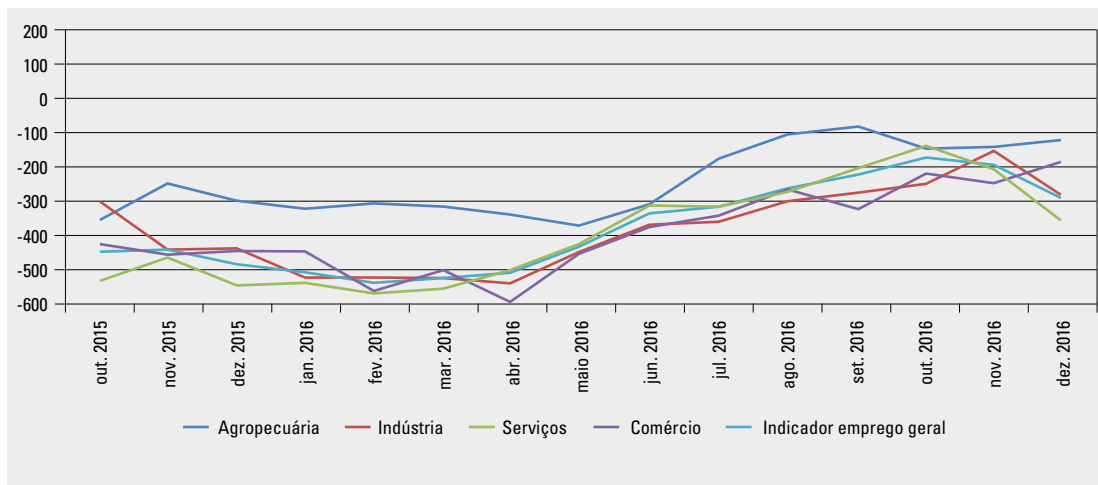


Gráfico 6
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Out. 2015-dez. 2016

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Conforme o Gráfico 7, o intento, por parte do setor produtivo baiano, de reduzir o quadro de funcionários decresceu pela terceira vez seguida – após ter atingido seu maior nível no primeiro trimestre do ano. Desde o último trimestre de 2014, esse percentual não se encontrava abaixo dos 50,0%. Em paralelo, tanto o fito de admitir quanto o de manter trabalhadores progrediram pelo terceiro trimestre seguido, com ambos alcançando seus maiores estágios no intervalo sob averiguação.

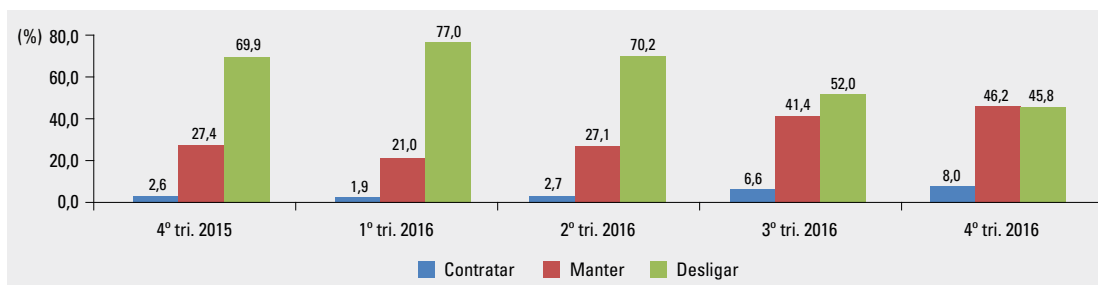


Gráfico 7
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – 4º tri. 2015-4º tri. 2016

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Projeção do emprego formal

A projeção realizada pela SEI indica que a deterioração do mercado de trabalho baiano continua em curso, com corte previsto de 13.193 postos no primeiro trimestre de 2017³. Se confirmada tal expectativa, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no trimestre em questão, representará o menor registro para o período desde 2006. Até então, o menor saldo num primeiro trimestre havia ocorrido em 2016, quando foram eliminados 11.787 vínculos de trabalho com carteira assinada.

A perda de empregos com carteira assinada esperada para o primeiro trimestre do ano está sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Comércio (-7.161 postos), Serviços (-6.742 oportunidades) e Construção Civil (-2.128 postos). Por outro lado, os setores de Agropecuária (+2.534 postos), Administração Pública (+817 postos) e Indústria de

³ A projeção feita pela SEI se utilizou de dados atualizados até dezembro de 2016.

Transformação (+222 empregos celetistas) deverão alcançar saldo positivo. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5

Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – 1º tri. 2017

Mês	Setor de atividade econômica								Total
	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	
Jan. 2017	-71	583	-107	-822	-2.014	-2.118	45	531	-3.973
Fev. 2017	-109	-280	-187	-1.338	-2.271	-2.489	261	694	-5.719
Mar. 2017	-136	-81	-125	32	-2.876	-2.135	511	1.309	-3.501
Total	-316	222	-419	-2.128	-7.161	-6.742	817	2.534	-13.193

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Até o momento, não há indícios claros de mudanças capazes de legitimar uma retomada do mercado de trabalho baiano no curto prazo. A projeção feita pela SEI, com supressão de 13.193 vínculos formais para o próximo trimestre, o cenário ainda pessimista captado pela Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano, juntamente com outros vetores de desaceleração econômica no estado, além dos últimos dados de fluxos do Caged e das informações vinculadas pela PNADC e PEDRMS, ajudam a fundamentar a permanência da expectativa negativa quanto à dinâmica do emprego na Bahia para os próximos meses – consolidando os indícios de que o mercado de trabalho celetista continuará enfrentando dificuldades em território baiano.

APÊNDICE

Tabela 1A
Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos		Taxas (%)		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	1.226	128,0	58,4	19,9	3.424
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	1.238	129,2	58,2	16,7	3.436
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	1.246	130,1	58,1	16,2	3.447
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	1.243	129,7	58,4	13,8	3.459
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	1.432	149,5	56,4	21,3	3.711
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	1.425	148,7	56,8	24,8	3.724
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	1.382	144,3	58,3	25,5	3.736
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	1.408	147,0	57,7	25,2	3.749
Variação (%)											
4º tri. 2016/3º tri. 2016		-0,6		-0,1		-1,8	1,9		-1,0	-1,2	0,3
Variação (%)											
4º tri. 2016/4º tri. 2015		1,5		-5,2		28,4	2,3		-0,3	26,6	1,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) Em 1000 pessoas. (2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A**Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016**

Em porcentagem

Trimestres	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1º tri. 2010	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5
2º tri. 2010	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6
3º tri. 2010	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8
4º tri. 2010	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)
1º tri. 2011	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0
2º tri. 2011	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5
3º tri. 2011	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)
4º tri. 2011	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)
1º tri. 2012	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3
2º tri. 2012	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5
3º tri. 2012	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3
4º tri. 2012	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)
1º tri. 2013	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3
2º tri. 2013	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)
3º tri. 2013	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)
4º tri. 2013	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)
1º tri. 2014	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)
2º tri. 2014	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)
3º tri. 2014	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)
4º tri. 2014	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)
1º tri. 2015	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)
2º tri. 2015	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)
3º tri. 2015	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)
4º tri. 2015	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)
1º tri. 2016	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)
2º tri. 2016	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)
3º tri. 2016	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)
4º tri. 2016	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)
Variação (%) 4º tri. 2016/ 3º tri. 2016	-1,2	-2,2	0,0	1,5	
Variação (%) 4º tri. 2016/ 4º tri. 2015	26,6	23,1	33,9	34,7	

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3A

Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade – Região Metropolitana de Salvador – 2011-2016

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
Variação (%)										
4º tri. 2016/4º tri. 2015		-0,1		-9,6		6,5		-3,8		1,7
3º tri. 2016										
Variação (%)										
4º tri. 2016/4º tri. 2015		-5,2		-8,0		-8,7		-0,7		-6,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.)

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Em 1.000 pessoas. (7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A

Estimativas e índices do nível de ocupação, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Trimestres	Total (1)	Assalariados (2)										Autônomos			Empregados domésticos	
		Total			Setor privado				Setor público (3)							
					Total		Com carteira assinada					Sem carteira assinada				
		Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6
Variação (%)																
4º tri. 2016/3º tri. 2016		-0,1		-2,6		-0,5		-0,5		0,0		-13,6		2,6		10,5
Variação (%)																
4º tri. 2016/4º tri. 2015		-5,2		-9,3		-6,4		-5,8		-10,8		-24,8		2,6		4,1

Fonte: PEDRVS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais. (2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (4) Em 1000 pessoas. (5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A

Índices trimestrais do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados e dos assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2016

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
Variação (%) 4º tri. 2016/ 3º tri. 2016	-0,1	-1,3	-1,5	-2,6	-2,6	-5,1
Variação (%) 4º tri. 2016/ 4º tri. 2015	-5,2	-5,0	-9,9	-9,3	-5,4	-14,2

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI. (2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de

cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

